EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS ESPECIAIS EM ESCOLA PÚBLICA

ENEDINA BARBOSA FERREIRA ROCHA

RESUMO
A Educação Inclusiva é uma orientação dominante na maioria dos países que subscreveram a Declaração de Salamanca em 1994. Ao se definir a Educação Inclusiva (EI) como "para todos e para cada um", procura-se desenvolver e construir modelos educativos que rejeitem a exclusão e promovam uma aprendizagem livre de barreiras. A Educação Física (EF), enquanto parte integrante e inalienável do currículo, tem-se mantido à margem deste movimento inclusivo. Se por um lado as aparências indicariam uma menor dificuldade na inclusão de alunos com dificuldades nas aulas curriculares de EF, a realidade nos indica, no entanto, que o professor de EF se encontra menos apetrechado para responder aos desafios da Inclusão. Existe na EF uma "dupla genealogia de Exclusão", que implica uma maior dificuldade em responder à diversidade. Para tanto, são revisadas literaturas que versam sobre a inclusão escolar, educação continuada de professores e recursos materiais e estruturais. Aprofundam-se conhecimentos sobre os fatores impeditivos para o cumprimento das normas e leis de inclusão e acessibilidade, concluindo-se que a obrigatoriedade e a adequação de ambientes públicos, são fatores preponderantes para a solução de parte do problema de acessibilidade dos portadores de deficiência nas escolas públicas brasileiras. É sugerido que sejam melhorados os modelos de formação e apoio para possibilitar uma resposta mais adequada do professor de Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Inclusão; Escola; Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

O assunto inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular é difícil para professores e para a comunidade. O aspecto da universalização e uniformização pedagógica tem impossibilitado o trabalho do professor no contexto individual e o convívio com as diferenças.

A Educação Física contribui para o desenvolvimento do afetivo, social, e intelectual de alunos com deficiência, pois o incentivo à inclusão torna a autoestima e a auto confiança mais evidente e assim não há desigualdade. A adequação correta da Educação Física para alunos deficientes evidencia a compreensão de limitações e capacidades, estimulando o desempenho do aluno. É essencial que o professor conheça seu aluno e sua necessidade educacional especial, se houver, pois atualmente essa disciplina não trabalha apenas com alunos ditos normais, mas também frisa a importância da pratica inclusiva de alunos especiais em suas aulas.
Com base nessa visão, a cultura desportiva e competitiva,
historicamente dominante nas propostas curriculares da Educação Física, pode
criar resistências à inclusão de pessoas que são encaradas como menos capazes para um bom desempenho numa competição. Muitas das proposições de atividades feitas em Educação Física, realizadas na base da cultura competitiva, podem ser observadas nas escolas. A prática desportiva, quando usada sem os princípios da inclusão, é uma atividade que não favorece a cooperação, que não valoriza a diversidade e que pode gerar sentimentos de satisfação e de frustração. Essa cultura competitiva constitui uma fonte de exclusão e pode se consistir numa barreira à educação inclusiva.
É bom salientar que, na rede de ensino, a Educação Física é a
única disciplina que tem legislação específica para que certos alunos sejam
dispensados de suas aulas, sendo que, determinados perfis biológicos de
desempenhos motores podem ser uma das normas dessa dispensa.
Os portadores de necessidades especiais têm como consequência da exclusão social problemas com a saúde física e mental. Essa exclusão deve ser trabalhada para que seja transformada em inclusão, trazendo assim uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

O objetivo deste estudo foi abordar aspectos que beneficiam ou não para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física, disciplina tal que contribui para o desenvolvimento integral da criança.

O presente estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica de artigos, caracterizando-se como exploratória. Foram identificados artigos e trabalhos científicos publicados em periódicos relevantes, disponíveis para consulta em: Revista Movimento, Revista Digital, Caderno Cedes, Revista Brasileira de Educação, Revista de Educação Física/ UEM, Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Motriz: Revista de Educação Física. As palavras: inclusão, inclusão de deficientes na escola, Educação Física e inclusão, cadeirantes na educação física escolar, educação adaptada, foram utilizadas como fonte de pesquisa.

O método utilizado para a realização deste estudo foi primeiramente uma leitura exploratória de materiais bibliográficos como artigos relacionados com a Educação Física Inclusiva. Após a leitura exploratória foi realizada uma leitura seletiva verificando a relevância dos achados. Em seguida a leitura seletiva foi realizada uma leitura analítica que consiste em ler e analisar os materiais selecionados na leitura anterior. A finalização foi realizada por meio da leitura interpretativa que consiste em relacionar os artigos com o tema proposto.

A EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Física (EF), como disciplina curricular, não pode ficar indiferente ou neutra em face deste movimento de educação inclusiva. Fazendo parte do currículo oferecido pela escola, esta disciplina pode-se constituir como um adjuvante ou um obstáculo adicional a que a escola seja (ou se torne) mais inclusiva. O tema da educação inclusiva em EF tem sido insuficientemente tratado no nosso país, talvez devido ao fato de se considerar que a EF não é essencial para o processo de inclusão social ou escolar. Este assunto, quando abordado, é considerado em vista de um conjunto de ideias feitas e de lugares-comuns que não correspondem aos verdadeiros problemas sentidos. É como se houvesse uma dimensão de aparências e uma dimensão de constatações.

Existem várias razões pelas quais a EF tem possibilidades de ser um auxiliar para a construção da educação inclusiva.

Em primeiro lugar, em EF os conteúdos ministrados apresentam um grau de determinação e rigidez menor do que em outras disciplinas. O professor de EF dispõe de uma maior liberdade para organizar os conteúdos que pretende sejam vivenciados ou aprendidos pelos alunos nas suas aulas. Este menor determinismo conteudístico é comumente julgado como positivo em face de alunos que têm dificuldade em corresponder a solicitações muito estritas e das quais os professores têm dificuldade em abdicar, devido a eles próprios se sentirem constrangidos pelos ditames dos programas. Assim, aparentemente a EF seria uma área curricular mais facilmente inclusiva, devido à flexibilidade inerente aos seus conteúdos, o que conduziria a uma maior facilidade de diferenciação curricular.

Em segundo lugar, os professores de EF são vistos como profissionais que desenvolvem atitudes mais positivas perante os alunos que os restantes professores. Talvez devido aos aspectos fortemente expressivos da disciplina, os professores são conotados como profissionais que apresentam atitudes mais favoráveis à inclusão e, consequentemente, levantam menos problemas e com maior facilidade encontram soluções para casos difíceis. Esta imagem positiva e dinâmica dos professores de EF é um elemento importante da sua identidade profissional, sendo eles por isso frequentemente solicitados a participar em projetos de inovação na escola.

Em terceiro lugar, a EF é julgada uma área importante de inclusão, dado que permite uma ampla participação, mesmo de alunos que evidenciem dificuldades. Este fato pode ser ilustrado com a presença constante da EF em planos curriculares parciais elaborados para alunos com necessidades especiais. Mesmo tendo-se consciência das diferentes aptidões específicas de cada um, entende-se que a EF é capaz de suscitar uma participação e um grau de satisfação elevados de alunos com níveis de desempenho muito dife-

rentes.
As constatações sobre a efetiva contribuição da EF para a inclusão de alunos com dificuldades, no entanto, quando analisadas com mais detalhe, são mais problemáticas. Também por várias razões.
Antes de mais, no que respeita às atitudes mais ou menos positivas dos professores de Educação Física (PEF) em face da inclusão de alunos com dificuldades, não encontramos a homogeneidade que as aparências sugerem.
Os estudos feitos sobre esta matéria indiciam importantes diferenças nestas atitudes, as quais dependem de vários fatores, entre os quais realçaríamos os seguintes: o gênero do professor (as mulheres evidenciaram atitudes mais positivas que os homens), a experiência anterior (os professores com mais experiência demonstraram atitudes mais positivas) (JANSMA; SCHULTZ, 1982), o conhecimento da deficiência do aluno (os professores que conheciam melhor a deficiência evidenciavam atitudes mais positivas) (MARSTON; LESLIE, 1983).
Estas atitudes dependem do tipo de deficiência que o aluno apresente (suscitando os alunos com deficiências físicas atitudes menos positivas) (ALOIA et al., 1980) e do nível de ensino em que o aluno com dificuldades se encontre (encontrando-se atitudes mais positivas diante de alunos que frequentam níveos mais básicos de escolaridade) (RIZZO, 1984).
Por último as atitudes positivas sobre a inclusão dos PEFs encontram-se positivamente correlacionadas com o número de anos de ensino a alunos com deficiência e - o que é curioso - negativamente relacionadas com o número de anos de ensino, sugerindo que para a construção de atitudes positivas é mais importante uma experiência específica do que um simples acumular de anos de serviço (RIZZO; VISPOEL, 1991).
Verificamos assim que as atitudes mais ou menos positivas não podem ser relacionadas com a disciplina de EF, mas sim, com diversos tipos de variáveis que é necessário levar em conta.
Existem assim muitos itens programáticos relacionados com a caracterização da deficiência e com aspectos institucionais, mas poucos relacionados com boas práticas e metodologias que facilitem a integração e inclusão. Noutros casos são contemplados conteúdos relacionados com modalidades de desporto adaptado, conteúdos que só remotamente poderão ter uma aplicação a casos de inclusão.
Verificamos assim que na formação inicial de PEFs os conteúdos de informação sobre NEE são frequentemente inexistentes ou então pouco direcionados para a resolução de problemas concretos de planejamento, intervenção ou avaliação que o futuro profissional possa vir a encontrar.
Em terceiro lugar, o apoio 'de terreno' proporcionado aos professores de EF é considerado insuficiente, no âmbito das respostas a este questionário. Existe um número muito deficitário de professores de apoio com a formação de EF, o que dificulta a existência de uma verdadeira retaguarda de competência para os profissionais de terreno. O apoio educativo para a inclusão de alunos em aulas de EF, quando existe, é dado em termos genéricos, por docentes que não são da área disciplinar, criando significativas dificuldades para que o professor de EF encontre uma mais-valia no diálogo com o professor de apoio. É importante que sejam criados para o PEF espaços de diálogo e de apoio que não se situem unicamente em termos pedagógicos genéricos, mas que possam situar-se na discussão de questões e casos concretos.
Em quarto e último lugar, encontramos na EF uma dupla genealogia de razões que podem conduzir à exclusão. Por um lado, a EF desenvolve-se numa escola cuja cultura possibilita a exclusão de todos os que não se enquadrem nos padrões esperados. Esta possibilidade de exclusão não é negligenciável, sobretudo se atendermos às taxas de abandono e insucesso escolar. A EF, obviamente, é influenciada por esta cultura escolar, segue e participa nesta exclusão. Esta possibilidade de criar exclusão é, por vezes, usada por PEF até mesmo para afirmar a importância curricular da EF. Esta é uma primeira fonte de exclusão. Por outro lado, a cultura desportiva e competitiva, dominante nas propostas curriculares da EF, cria um obstáculo adicional à inclusão de alunos que

são à partida encarados como menos capazes para um bom desempenho (por variadas razões) numa competição. Muitas das propostas de atividades em EF são feitas na base de culturas competitivas, seriais e meritocráticas.

A própria prática desportiva – em particular quando usada sem uma perspectiva pedagógica - é uma atividade que não favorece a cooperação alargada, não valoriza a diferença e gera igualmente sentimentos de satisfação e de frustração. Esta cultura competitiva constitui uma segunda fonte de exclusão.

A 'dispensa' das aulas é bem a expressão da dificuldade real que os PEFs têm de criar alternativas positivas e motivadoras para alunos com dificuldades. A dispensa surge, por regra, sem que o professor seja consultado, sem que sejam estudadas outras hipóteses e [...] frequentemente com algum alívio do professor que se sente pouco capaz de dar resposta positiva ao caso, em face dos seus recursos e da informação e formação de que dispõe. Caberia aqui lembrar que, quando um aluno tem dificuldades, por exemplo, em Língua Portuguesa, a solução passa frequentemente por intensificar as suas oportunidades de aprendizagem; porém, por mais dificuldades que evidencie, ele não pode ser dispensado desta disciplina. Em se tratando de EF, por outro lado, se evidenciar dificuldades, ele pode ser dispensado. Isto é, sem dúvida, menosprezo pela EF.

Vemos, a partir daí, que existe uma real diferença entre o que é o 'senso comum' das representações sobre a disciplina de EF no que respeita à inclusão e os efetivos problemas com os quais a disciplina se defronta em dar um contributo para tornar a escola mais inclusiva.

O problema é ainda mal conhecido no nosso país devido, talvez, a que é mais cômodo considerar as aparências como verdade em lugar de olhar para as constatações.

Por isso, ao falar de pistas de desenvolvimento, a primeira que ocorre citar é, antes de tudo o mais, que se faça um levantamento rigoroso de como é que a disciplina de EF está apetrechada para participar no esforço de construir uma educação inclusiva.

Este levantamento tem de incluir dois aspectos fundamentais: o campo da formação e o campo do apoio educativo e metodológico. No campo da formação importa conhecer a situação da formação inicial dos PEFs e analisar os conteúdos ministrados. Conhecendo a importância desses dois fatores para a formação de atitudes positivas em face da inclusão e de experiências bem-sucedidas, devemo-nos perguntar qual a utilidade da formação em NEE. Ainda sobre a formação, deveríamos refletir sobre a utilidade de uma disciplina de NEE na formação inicial que nos alerta para o valor da diferença, enquanto todas as outras enaltecem o valor da homogeneidade e da excelência do desempenho.

Para o campo do apoio educativo e metodológico deve ser enfatizado que o sistema de apoio educativo aos PEFs 'de terreno' deve ter competências específicas ao nível da EF. Há, sem dúvida, aspectos gerais da inclusão que podem ser apoiados por um docente generalista, mas se o apoio se der exclusivamente por estes aspectos, ficará certamente aquém de um apoio de qualidade.

Usando mais uma vez uma comparação com outras áreas disciplinares, será que um docente de apoio com formação em Matemática poderá apoiar todos os aspectos de diferenciação curricular inerentes à inclusão na disciplina de Língua Portuguesa?

É preciso conhecer melhor e intervir melhor, de modo a que os professores de EF possam ser efetivos agentes de inclusão.

A desconexão entre as aparências e as realidades sobre as atitudes, a formação e o apoio que os professores de EF dispõem para a educação inclusiva é a pedra basilar da reflexão proposta neste artigo. Parece que, se for possível avaliar com frontalidade as realidades existentes e, consequentemente, desconstruir uma série de ideias feitas, poderemos então identificar os fatores que podem conduzir o professor de EF a ser um efetivo recurso da educação inclusiva.

A educação motora proporcionada através da disciplina curricular de EF é um direito. Não é uma opção descartável. Porque é um direito, o nosso ponto de partida tem de ser que nenhum aluno pode ser dispensado dele.

A formação inicial e contínua tem de seguir modelos indistinguíveis, isto é, o futuro profissional tem de ser formado para conhecer

e aplicar conteúdos que estejam relacionados com o que se pretende que ele venha a ser como profissional.

Se os futuros profissionais forem formados para fomentar a competição, para procurar grupos homogêneos, para a exaltação do trabalho individual, como poderemos esperar que este profissional incentive nos seus alunos a cooperação, o respeito e o valor da diferença e a solidariedade?

O apoio dado aos professores de EF (corporativismos à parte) deve ser dado por quem possa constituir um "amigo crítico" que ajude o professor a refletir e a encontrar soluções para os seus problemas. Em suma, deve ser um apoio especializado, que, quando necessário, seja específico e capaz de analisar com profundidade problemas complexos da disciplina de EF.

A disciplina curricular de EF pode, com rigor e com investimento, ser efetivamente uma área chave para tornar a educação mais inclusiva, e pode mesmo ser um campo privilegiado de experimentação, de inovação e de melhoria da qualidade pedagógica na escola.

De acordo com Falkenbach et al (2007) há uma unanimidade dos professores quando a questão é o favorecimento da inclusão, porém estes confundem inclusão com interação. Os professores admitem uma falha na formação, o que não possibilita um embasamento para inclusão escolar. Pode- se afirmar que um dos problemas da falta de inclusão de alunos com deficiência é o tradicionalismo das escolas e uma das medidas que podem reverter a situação de inclusão atual é aprofundar a qualificação dos professores e orientar a comunidade.

A inclusão não está acontecendo ou não está sendo satisfatória, isto se dá pela formação precária dos professores, pelo próprio preconceito e por outros problemas. É essencial a formação de um profissional capaz de atuar com alunos deficientes na escola, apesar de estar crescendo o número de profissionais formados nessa área. Todas as disciplinas devem tratar desse assunto, inclusive na Educação Física, porém nenhuma geralmente trabalha "a inclusão" propriamente dita (FLORES et al, 2010).

A interação de deficientes com os colegas constrói um conhecimento incentivado pelo professor de Educação Física e os demais professores, sendo assim, a inclusão acontece de forma crescente. Em se tratando do aluno surdo é essencial que haja um interprete de libras em sala de aula, porém isso não resolve o problema, apesar de melhorar a compreensão dos conteúdos. Desta forma tanto alunos normais como professores devem buscar a cooperação e parceria com alunos que tenham limitações para que aconteça de fato uma inclusão social (LACERDA, 2006).

Uma escola de qualidade que observe cada um individualmente é um exemplo de inclusão, o que hoje não acontece, pois o sistema escolar não aderiu este modelo de ensino. A exclusão de alunos com necessidades especiais no âmbito social é evidente tornando-os esquecidos. Nas aulas de Educação Física os professores, com a desculpa de preservar os alunos, acabam não desenvolvendo potencialidades destes alunos. Muitas vezes o próprio professor ao invés de incentivar o aluno fique bastante constrangido, quando o desejo dele na maioria das vezes é participar das aulas juntamente com os outros alunos (OLIVEIRA, 2002).

É um desafio para profissionais de educação física promover a inclusão de alunos com deficiência, até porque em muitas escolas brasileiras há falta de estrutura para receber tais alunos e sendo assim, não há uma Educação para todos os alunos da escola básica. Uma educação de qualidade, acessível a todos, tornará a escola cada vez mais inclusiva (SOUTO et. al., 2010).

Para Leonardo (2008), um sistema de ensino de qualidade que não exclua ninguém. Incluir alguém excluído não é só adaptar um local para recebê-los, mas proporcionar uma educação que seja satisfatória. O sistema brasileiro de ensino público tem enfrentado grande adversidade, pois até crianças sem deficiência tem sofrido déficit no aprendizado, o que torna o este sistema vergonhoso, também pelo baixo investimento dado pelo governo. As escolas precisam elaborar projetos que dêem preferência ao pedagógico, evidenciando a educação inclusiva; oriente todos os funcionários da escola e também a comunidade no trabalho com alunos defi-

cientes; designar recursos para a formação de professores aptos do ensino pedagógico e prontos para lidar com eventuais problemas que podem surgir com seus alunos. É necessário adaptar a escola por meio de algumas medidas, facilitando o deslocamento de tais alunos (MELO & MARTINS, 2007).

A formação de professores deve- se dar a partir de cursos capacitantes com constantes avaliações, e não somente envolvimento em cursos, pois, sendo um procedimento continuo o professor deve ter um pensamento crítico para que saber e entender sobre o processo de inclusão e assim aperfeiçoar o conhecimento passado aos alunos em sala de aula (SADALLA, 1997).

Fatores como acesso, engenharia, estrutura tem norteado debates no que diz respeito ao espaço escolar relacionados a inclusão, pois as escolas não tem preparação para receber alunos com necessidades especiais. Há uma falta de preparo dos professores para lidar com esse tipo de aluno, e ignorância por parte dos colegas e direção escolar no saber se relacionar com alunos com deficiência (CIDADE & FREITAS, 2002).

A inclusão traz mudanças tanto nos espaços, pensamentos das pessoas que não são deficientes quanto na vida de quem tem alguma necessidade especial. Para que as diferenças sejam aceitas pela comunidade, e que se tornem mais humanos (CIDADE & FREITAS, 1997). Precisa-se analisar se a estrutura da escola favorece a inclusão de alunos com necessidades especiais e se a comunidade escolar está disposta a trabalhar com alunos especiais. Para existir integração entre a parte docente da escola e o aluno é fundamental saber tudo sobre a deficiência, isto se dá através de sua formação. É papel de todos na escola priorizar a inclusão social e depois inclusão escolar (MACIEL, 2000).

No Brasil, a realidade é completamente diferente, tanto escolas quanto a comunidade escolar estão despreparadas para receber pessoas com necessidades especiais. Vários problemas familiares podem nortear a procura dos pais por escolas inclusivas, e um ensino de qualidade (PRADO & MOROSTEGA, 2001).

A maneira de lidar com deficientes torna-se desapropriada pela falta de conhecimento e preconceito da sociedade. Com o objetivo de apresentar atendimento especial, os que necessitam de prioridade, são privados do convívio com a comunidade (OMOTE, 1999).

Existem várias atividades que promove ao aluno o conhecimento de suas limitações, e proporcionam integração entre eles. Nos quadros 1, 2, 3 e 4 estão indicadas algumas atividades que são desenvolvidas com o intuito de incluir alunos com necessidades especiais às aulas de Educação Física.

Quadro 1 - Propostas de atividades para deficiência visual

Teatro Mágico	A criança deve expressar o que ela está ouvindo do professor. Dar um personagem para cada aluno e de acordo com o decorrer da história cada um faz o que diz respeito a cada personagem (BATISTA, 1998).
Fala que eu Faço	Os alunos formarão duplas sendo que um da dupla estará com venda, o outro sem. o professor fará uma espécie de ninho do tesouro em alguns cantos da quadra, utilizando bolas com guizo. o colega vidente da dupla se separa e fuça em um lugar próximo dos ninhos para auxiliar o outro colega a chegar ao ninho. As dicas poderão ser de forma simbólica. ex: 10 passos para frente, 10 passos para esquerda (DIEHL, 2006).
Passeio pelo bosque	O professor deverá espalhar obstáculos pela quadra, pedir aos alunos que fiquem em duplas. Um deverá guiar o outro, e ajudá-lo a passar por todas as barreiras que encontrarem pelo caminho. Depois trocam- se o guia, para que todos tenham a mesma vivencia (ALMEIDA, 1999).

Adaptado de: Revista Scielo (1998, 2006) Revista Benjamim Constant (1999).

Quadro 2 - Propostas de atividades para deficiência auditiva

O corpo Fala	Dividir a sala em grupos, cada grupo receberá um papel com uma mensagem escrita. Cada grupo deverá transmitir sua mensagem por gestos para os outros grupos (SCHIRMER et. al., 2007).
Jogo da Memória	Dividir a turma em grupos, em cada grupo colocar um jogo da memória embaralhado. Lembrando que as imagens usadas em cada peça deve ser desenhos de sinais usados em Libras (FORTE & SILVA, 2010).
Bola ao alto	Numerados sequencialmente, os alunos devem estar em círculos. Ao centro deve ficar o professor, ele vai jogar a bola para o alto e fazer um gesto correspondente a um número, o que tiver o número deve correr ao meio do círculo e pegar a bola antes dela cair no chão (RIBEIRO, 2009)

Adaptado de: Associação de Entidades Educativas Privadas Argentinas (2010); AVM Faculdade Integrada (2009); Ministério da Educação e do Desporto (MEC, 2007).

Quadro 3 - Propostas de atividades para deficiência física

Passa a bolinha	Cortar 3 garrafas transparentes, encaixar 2 garrafas cortadas (tampa e fundo). Colocar 2 bolinhas de gude, tentar fazer com que a bolinha caia no fundo da última garrafa, lembrando que deve passar por todas as tampas (fases) (SOUSA & BATISTA, 2008).
Pega ajuda com Passes	Um dos alunos será designado a ser o pegador, os demais serão fugitivos, todos deverão estar sentados espalhados pela quadra. Tanto os pegadores quanto os fugitivos não poderão se levantar, deverá se deslocar sentado. O pegador terá uma bola na mão, onde tentará arremessar nos colegas. Aquele que for atingido pela bola passará a ser o pegador, aumentando o número de caçadores (DIEHL, 2006).
Fabricando brinquedos recicláveis	Pedir aos alunos que levem materiais como caixa de leite vazia, garrafa pet entre outros, para fabricar brinquedos junto com os outros alunos (ZAMAI, 2002).

Adaptado de: Revista Scielo (2008; 2006; 2002).

Quadro 4 - Propostas de atividades físicas para deficiência Mental

Mão na massa	Entregar um pedaço de argila para cada aluno e deixá-lo livre para fazer qualquer escultura, ao fim, comentar sobre o que ele fez (BATISTA E EMUNO, 2004).
Leão faminto	Os alunos deverão estar em fileira ao fundo da quadra e um na linha central. A quadra simboliza a "floresta", o aluno que ficará na linha central simbolizará o "leão faminto". Os alunos que estão no fundo da quadra tentarão atravessar a floresta imitando um determinado animal sem ser pego pelo leão faminto, que não poderá sair da linha centra. Os animais que não conseguirem fugir do leão o ajudarão a pegar os demais animais (DIEHL, 2006).
Dançando livremente	Colocar uma música e incentivar que todos dancem, compondo sua própria coreografia, para que conheça os limites do seu corpo (MASINI, 1993).

Adaptado de: Revista Scielo (2004, 2006); Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1993)

A Educação Física adaptada enfatiza a normalidade da diversidade, das diferenças e salienta a adaptação de atividades fundamentais no desenvolvimento da criança num todo. Uma educação eficaz de crianças com necessidades especiais não é obrigação somente da escola, mas da família, sociedade, política, todos trabalhando em conjunto para se obter uma educação inclusiva de qualidade (ESPANHA, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo aponta que apesar dos problemas que o processo de inclusão vem enfrentando para ser adquirido pela escola, o ambiente escolar, mais certamente as aulas de Educação Física tem propiciado a acessibilidade de deficientes nas aulas através de atividades adaptadas.

Para se desfrutar da inclusão escolar é necessário que haja mudanças na sociedade, para que deficientes sejam vistos como cidadãos normais. Fatores como reestruturação no sistema de ensino, formação de profissionais competentes, interdisciplinaridades, são determinantes na ação da inclusão.

A educação física escolar auxilia na inclusão, porém é necessário que haja uma transformação no geral para que o aspecto da inclusão seja reconhecido.

O trabalho com a Educação Física inclusiva deve estar ligado com a disposição da escola em receber alunos deficientes. É papel do professor de Educação Física desenvolver os aspectos físico e mental do seu aluno, promover a interação dele com os outros colegas, adaptar atividades para que este aluno participe das aulas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. (Originalmente apresentada como Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo). 2.ª ed. Brasília: CORDE, 1996. 122p.

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: MANZINI, E. J. Educação Especial: temas atuais. Unesp: Marília – Publicações, 2000.

BATISTA, C.G. Crianças com deficiência visual- como favorecer sua escolarização. Revista SciELO, Ribeirão Preto, vol. 6, n° 3, 1998.

BATISTA, M.W., EMUNO, S.R.F. Inclusão escolar e deficiência mental: analise da integração social entre companheiros. Estudos de psicologia. Revista SciELO, Espírito Santo, 2004.

BRASIL. Decreto Legislativo n.º 186. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

BRASIL. Lei n.º 10.172, de nove de janeiro de 2001. Congresso Nacional. Presidência da República. Brasília: SAJ, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEEP, 2007.

CARMO, A. A. Inclusão Escolar e a Educação Física: Que Movimentos são Estes? Integração, v. 14 – Edição Especial – Educação Física Adaptada -, p. 6-13, 2002.

CIDADE, R.E., FREITAS, P.S. A Educação Física e inclusão: considerações para a pratica pedagógica na escola. Revista Integração – MEC, Brasília, 2002.

DIEHL, K.M. Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência. Revista Scielo. São Paulo, 2006.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e Intervenções Pedagógicas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2003.

FÁVERO, E. A. G. PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, setembro de 2004.

OLIVEIRA, F.F. Dialogando sobre educação, Educação Física e Inclusão escolar. Revista Digital, Buenos Aires, ano 8, n° 51, 2002.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Quinquagésima Quarta Assembleia Mundial de Saúde. Resolução WHA 54.21, Maio: 2001.
RIZZO, T.L; VISPOEL, W. P. Physical educators' attributes and attitudes toward teaching students with handicaps. Adapted Physical Activity Quarterly, v. 8, p. 4-11, 1991.

RODRIGUES, D. A caminho de uma educação inclusiva: uma agenda possível.Rev. Inclusão, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2000.

ROJO, Roxane. A pratica de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs. São Paulo, 2000.

SADALLA, A.M. Com a palavra a professora: suas crenças, suas ações. Tese de doutorado, programa de pós graduação em Educação, Campinas, 1997.

SILVA, S.C., NETO, S.S., DRIGO, J.A. Os professores de Educação Física adaptada e os saberes docentes. Revista Motriz, Rio Claro, v. 15, n° 3, 2009.

SOUSA, C.M.L., BATISTA, C.G. Interação entre crianças com necessidades especiais em contexto lúdico: possibilidades de desenvolvimento. Revista SciELO, Campinas, 2008. SOUTO, D.C.M., LIMA, G.M., SILVA, F.V., HENRIQUE, J. Integrando a Educação Física ao projeto político pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva. Revista Motriz, Rio Claro, v. 16, n° 3, 2010.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Lisboa : IIE, 1994.

ZAMAI, M.V. As atividades acadêmicas para crianças especiais nas formas de brincar. Psicologia escolar educacional. Revista SciELO, vol. 6, n° 2, Campinas, 2002.